

## CAMPANHA DA LEGALIDADE: SIGNIFICADO E SIMBOLISMO PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RS)

*Daniel Arruda Coronel\**  
*Airton Lopes Amorim\*\**

**Resumo:** Quando Jânio Quadros tomou posse, em 1961, ele encontrou um país com altas taxas de inflação e um processo de desaceleração econômica. Tal situação econômica exigiria um presidente com capacidade de liderança para fazer a reversão deste quadro de recessão econômica. Não obstante, o que se viu foi um presidente com políticas dúbias, que renunciou ao cargo em agosto de 1961, sendo que, até hoje, não se sabe os reais motivos dessa atitude. Neste contexto, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Leonel de Moura Brizola, liderou a Campanha da Legalidade com o objetivo da defesa da posse do vice-presidente João Goulart, conforme determina a Constituição. Seguindo esta temática, este artigo objetiva esboçar como se constituiu esse movimento da legalidade e qual o seu significado para a população gaúcha.

**Unitermos:** Governo Jânio Quadros; Campanha da Legalidade; Leonel Brizola

CAMPAIGN FOR LEGALITY: SYMBOLISM AND MEANING FOR THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL (RS)

**Abstract:** When Jânio Quadros took office in 1961, he found a country with high inflation and a process of economic slowdown. It required a president able to reverse this scenario of economic recession. Nevertheless, it was seen a president

---

\* Professor Adjunto do Mestrado em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: daniel.coronel@ufv.br

\*\* Doutorando em Economia Aplicada e Mestre em Economia pela UFV. E-mail: aimorim2007@yahoo.com.br

with non-trust policies that resigned in August 1961. Until today, it is not known the reasons for that. In this context, the Governor of Rio Grande do Sul (RS), Leonel de Moura Brizola, led a Campaign for Legality with the aim of defending the office of the vice president João Goulart as determine the constitution. Because of it, this paper aims to outline what was the legality movement and what was the meaning to the population.

**Keywords:** Governor of Jânio Quadros; Campaign for Legality; Leonel Brizola

## **1 Introdução**

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares e setores reacionários começam a orquestrar para que o vice-presidente João Goulart não assumisse a Presidência da República, conforme determina a Constituição.

Neste contexto, o Governador Leonel Brizola lidera a Campanha da Legalidade com o objetivo de permitir a posse de Goulart. Embora vários autores já tenham estudado e discutido sobre vários aspectos a Campanha da Legalidade, tais como Scliar (1977), Machado Lopes (1980), Markun e Hamilton (2001) e Kuhn (2004), este estudo objetiva mostrar analiticamente como se constituiu e qual o significado deste movimento para a população gaúcha. Para atingir este propósito, foram utilizados estudos e registros desse período histórico em que ocorreu o referido movimento no RS.

O presente artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na seção dois, faz-se uma síntese da Economia Brasileira de Vargas a Jânio Quadros; na seção seguinte, elabora-se uma retrospectiva do que foi e do significado da Campanha da Legalidade. Por fim, expõem-se as principais conclusões do trabalho.

## **2 A economia brasileira de 1930 a 1961: uma síntese**

Em 1930, com a deposição do presidente Washington Luiz, o gaúcho Getúlio Vargas assume a presidência da República, acabando com a República do Café com Leite, ou seja, um acordo tácito entre os governos de São Paulo e Minas Gerais em que, numa eleição, um estado indicava o presidente e o outro o vice e, na outra, ocorria o inverso.

Ao assumir a presidência, Vargas enfrenta de imediato os reflexos da crise de 1929 no setor cafeeiro. Mesmo não sendo simpático à oligarquia cafeeira, mas percebendo a importância do café para a economia brasileira, adota várias medi-

das tais como comprar o excedente do setor para depois destruí-lo. Essa intervenção tinha o objetivo de sustentar as cotações internacionais do produto. A partir dessa decisão, foi possível ao governo Vargas criar um imposto sobre as exportações de café, o que lhe permitiu fazer a transferência de recursos para o setor industrial através de investimento em infraestrutura e proteção às indústrias que se consolidavam no país. De acordo com Bresser-Pereira (2009), essa estratégia utilizada por Vargas foi rotulada de protecionista pelos liberais e cafeicultores, contudo era uma forma de neutralizar um problema econômico que mais tarde se convencionou chamar de “doença holandesa”<sup>1</sup> e iniciar o processo de substituição de importações. Para Furtado (2001), o crescimento da industrialização, na década de 1930, foi subproduto da defesa do setor cafeeiro, ou seja, o governo não tinha a intenção de avançar com o processo de industrialização, mas, sim, evitar o aprofundamento da crise no setor.

Fonseca (1989), por sua vez, ao analisar o governo de Vargas sob a ótica do pensamento institucionalista, ou seja, não se limitando às políticas monetárias e cambiais, mas analisando as instituições, os órgãos criados e, principalmente, o discurso varguista, demonstra que Getúlio certamente tinha uma consciência industrializante, a qual se materializou logo no começo de seu governo ao criar órgãos e institutos pró-industrialização. Com Vargas, além do início do processo de substituição de importações, tem-se também o delineamento de uma corrente política que vai marcar a história da política brasileira, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo, entendido como defesa da industrialização; do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo (FONSECA, 2010).

No primeiro governo Vargas (1930-1945), observa-se a criação de vários órgãos, legislações e medidas que irão fomentar o crescimento do setor industrial, tais como criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto do Açúcar e do Alcool, Código de Minas, Código de Águas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão de Defesa da Economia Nacional, consolidação das leis trabalhistas, expansão do crédito, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Em 1934, o governo fez uma reforma tributária que atendia a vários anseios da classe empresarial. Também merecem destaque as ações de cunho macroeconômico como desvalorização real da taxa de câmbio, controle de câmbio e a captação e distribuição de poupança (IANNI, 1979).

---

<sup>1</sup> De acordo com Bresser-Pereira (2009), a “doença holandesa” ocorreu durante a década de 1960 na Holanda, quando houve a descoberta de enormes reservas de gás de petróleo. Com o aumento das exportações de gás, a taxa de câmbio começou a se apreciar, de forma que, se nada fosse feito, essa taxa iria se apreciar cada vez mais, o que acarretaria que o país trocasse indústrias de alto conteúdo tecnológico pela produção de gás. Como forma de evitar isso, o governo criou um imposto sobre as exportações.

Além dessas ações e percebendo o alto valor da gasolina, na época produto estrangeiro, largamente consumido e cuja importação reduzia as divisas do país, o governo incentivou a industrialização do álcool como substituto da gasolina (FONSECA, 1989). O resultado dessas medidas e ações refletiu-se no crescimento do setor industrial, sendo que a média, de 1933 a 1939, foi de 8,4%, enquanto, na indústria de transformação, a média no período foi de 11,3%. Além disso, houve crescimento em setores não tradicionais como minerais não metálicos, metalurgia, papel e papelão (FONSECA, 1989).

No segundo governo Vargas (1951-1954), observa-se o avanço do processo de industrialização, contudo esse governo tem um caráter de cunho nacionalista, entendido como uma ideologia da formação do Estado-Nação, a qual um povo, sentindo-se capaz de se transformar em uma nação, usa para poder se dotar de um Estado com soberania sobre seu território (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 8).

Ao assumir a presidência pela segunda vez, Vargas deixou claro algumas ações que seriam foco de seu governo, tais como avançar com o processo de substituição de importações, até o momento concentrado nos bens de consumo de fácil produção, e enfrentar a questão energética e dos transportes, setores que eram gargalos para o crescimento econômico. Neste sentido, o governo criou os seguintes órgãos: Comissão de Desenvolvimento Industrial, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, Comissão Nacional de Bem-Estar, Comissão Executiva do Carvão Nacional, Banco do Nordeste, Banco do Crédito do Amazonas, Banco Nacional de Crédito Cooperativo e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Além disso, Vargas, como forma de resolver os problemas energéticos do país, criou a PETROBRAS e a ELETROBRAS (FONSECA, 1989).

Outro ponto que merece destaque, nos dois governos de Getúlio Vargas, é que, para viabilizar o processo de substituição de importações, ele não isolou o setor primário das atividades econômicas, mas fez com que tivesse novas funções, como produzir matérias-primas, ser mercado consumidor dos produtos industrializados, gerador de divisas para compra de máquinas e insumos necessários à indústria, dentre outros (SOUZA; FONSECA, 2009).

Embora as medidas e ações tomadas por Vargas tenham sido benéficas à maior parte da sociedade, tais medidas não foram ao encontro de vários grupos dominantes do país e do exterior, além de enfrentar uma forte oposição do jornalista Carlos Lacerda, que teve como resultado o suicídio de Vargas, em 1954.

Em 1955, com o apoio do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mineiro Juscelino Kubitschek assume a presidência da República, tendo como vice-João Goulart, o qual já tinha sido Ministro do Trabalho de Vargas.

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) tinha como meta fazer o Brasil crescer 50 anos em cinco. Neste sentido, com base nos estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que identificou os pontos de estrangulamento do país, ou seja, áreas de demanda insatisfeita devido às características desequilibradas em função do desenvolvimento econômico, e os pontos de germinação, ou seja, áreas que geram demandas derivadas, o governo formulou o Plano de Metas (IANNI, 1979).

O Plano de Metas tinha como objetivos gerais investimentos em estatais, em infraestrutura, principalmente em transporte e energia elétrica; incentivo ao aumento da produção de bens de capital como máquinas e equipamentos e intermediários, tais como aço, carvão e zinco; incentivo à produção dos setores de bens de consumo duráveis; e estímulo à produção de alimentos (SOUZA, 2008). De acordo com Brum (2005), o Plano de Metas constituía-se de 30 metas prioritárias, a saber: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação, e a construção de Brasília seria a meta-síntese. Para Lessa (1982, p. 34), “o Plano de Metas constitui provavelmente a mais ampla ação orientada pelo Estado na América Latina, com vistas à implantação de uma estrutura integrada”. Ainda nesta perspectiva, para Orenstein e Sochaczewski (1990, p. 171), “[...] constitui o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira”.

Os recursos para financiar o plano seriam obtidos através de créditos, financiamentos e associação com o capital internacional. Os resultados do plano foram extremamente significativos, visto que, de 1957 a 1960, foram fabricados 300.000 veículos; foram construídos mais de 20.000 km de rodovias e 800 km de ferrovias; a produção de aço foi dobrada, passando de um milhão de toneladas para dois milhões por ano; a produção de petróleo alcançou o patamar de 30 milhões de barris por ano; o Produto Interno Bruto (PIB) de 1956 a 1960 cresceu 8,1% ao ano, o PIB do setor industrial apresentou um crescimento de 10% ao ano no período. Além disso, convém destacar o aumento da participação do setor público no investimento fixo da economia, que passou de 27,5%, no período de 1950/1956, para 37,1 no período 1957/1960, o que demonstra a importância do Estado para a consolidação do plano (LESSA, 1982).

Embora tenha apresentado resultados positivos, o plano gerou vários pontos negativos, tais como uma inflação média de 25% no período de 1956 a 1961, o aumento da dívida externa e das desigualdades sociais. De acordo com Brum (2005), o governo JK deixou uma “bomba” prestes a estourar no que tange à ascensão da taxa de inflação.

Em 1960, o mato-grossense-do-sul Jânio Quadros foi eleito presidente da República, com 5,6 milhões de votos, a maior votação até então de um candidato no país,

apoiado pelos setores mais reacionários da política brasileira tais como a União Democrática Nacional (UDN) e, além disso, contava com forte apoio popular. Como vice-presidente da República foi eleito João Goulart, do PTB, visto que a legislação eleitoral permitia que presidente e vice fossem eleitos separadamente. Jânio Quadros tomou posse no dia 31 de janeiro de 1961, sendo o primeiro presidente a ser empossado na nova capital da República.

Ao assumir a presidência, Jânio encontrou um país com altas taxas de inflação. Nesse contexto, ele tenta moralizar e dar um novo dinamismo à gestão pública, através de uma reforma administrativa, que, em função do curto período de seu governo, não apresentou resultados significativos. O governo Jânio foi marcado por várias contradições tais como o fato de o governo adotar uma política de controle salarial com o objetivo de frear a inflação e, ao mesmo tempo, adotar uma política de crédito farto e barato para atender aos produtores rurais, o que aumentou o gasto público; o governo adotou uma política externa independente a ponto de condecorar o líder cubano Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro Nacional, sendo que sua base de sustentação era de setores da UDN aliados ao governo americano e contra os governos comunistas. Além destas medidas, Jânio realizou ações toscas e sem nexos, para um chefe de estado, tais como proibição do lança-perfume no carnaval, do uso do biquíni nas praias e das rinhas de galo (SKIDMORE, 2010).

No dia 25 de agosto, o Congresso Nacional é surpreendido com a renúncia do presidente Quadros, ato do qual até hoje não se sabe ao certo os reais motivos, embora já seja quase consensual na historiografia brasileira que Jânio pretendia dar um golpe de estado, ou seja, ele tinha a percepção de que o Congresso não aceitaria dar posse a Goulart, rotulado como comunista por vários setores conservadores, e, neste contexto, Jânio voltaria com amplos poderes.

Contudo, o Congresso aceitou a renúncia de Jânio Quadros, e os ministros militares já começaram a organizar e tramar para que a Constituição não fosse cumprida e Goulart não tomasse posse. Não obstante a isso, os ministros militares jamais imaginavam que o Rio Grande do Sul (RS), mais uma vez, seria protagonista da história do Brasil em defesa da ordem, da democracia e da legalidade.

### **3 O significado da Campanha da Legalidade**

No dia 25 de agosto de 1961, na solenidade em comemoração ao Dia do Soldado, o General José Machado Lopes, comandante do III Exército, o maior contingente militar do país, e o Governador do RS, Leonel Brizola, recebem quase que simultaneamente a notícia da renúncia do presidente Jânio Quadros. Em função da forte chuva, a solenidade é cancelada e Brizola vai checar as informações para

confirmar a veracidade das notícias que circulavam. Ao ser informado da veracidade de tais notícias, Brizola tenta contato com o já ex-presidente Quadros, que confirma o caráter irrevogável de sua renúncia (KUHN, 2004).

Com a renúncia do presidente e como o vice estava em viagem oficial à China, é empossado como presidente interino da República o deputado Ranieri Mazzilli. Neste contexto, os três ministros militares, a saber, Odílio Denys, Ministro da Guerra, Sílvio Heck, Ministro da Marinha e Gabriel Grün Moss, Ministro da Aeronáutica, sob a liderança do primeiro e com o apoio explícito do Governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda e da UDN, começam a orquestrar um golpe, sem medir as consequências, com o objetivo de proibir a posse de Goulart.

Na tarde do dia 25 de agosto, de 1961, o Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, um ícone das forças armadas e exemplo de nacionalista, divulga um manifesto em defesa da legalidade e da posse de Goulart. Por esse manifesto, Lott acabou sendo preso, e quem lhe deu voz de prisão foi um militar de patente menor, sendo que, pela “hierarquia militar”, um oficial só pode receber ordem de prisão de alguém com pelo menos a mesma patente. Além disso, vários jornais do Estado da Guanabara que publicaram o manifesto de Lott e defendiam a posse de Goulart foram censurados com o apoio explícito de Carlos Lacerda, que até então sempre “se mostrava um baluarte da democracia” (MARKUN; HAMILTON, 2001).

Percebendo que o clima e a situação política estava ficando cada vez mais delicado, o Governador Brizola tenta o apoio do General Machado Lopes, o qual primeiramente afirma que, como um soldado, sua tendência era ficar ao lado do Exército. Brizola procura o comandante do IV Exército, General Artur da Costa e Silva, com o objetivo de ter seu apoio em defesa da ordem e da legalidade, e a conversa terminou com uma troca de palavrões e uma inimizade que se perpetuou para sempre (KUHN, 2004).

Com poucas alternativas e com reduzido apoio militar, Brizola consegue motivar a população e a Brigada gaúcha, polícia militar do RS, em defesa da ordem e da legalidade. Neste sentido, distribuiu armas à população, organizou e motivou a Brigada. Além disso, Brizola requisitou a Rádio Guaíba, visto que todas as rádios que defendiam a legalidade e a ordem estavam ficando fora do ar, conforme Markun e Hamilton (2001).

Brizola utilizou com maestria o poder do rádio com o objetivo de conclamar a população em defesa da ordem e da legalidade, sendo que as pessoas se alistavam voluntariamente nas mais variadas funções, e o Palácio Piratini foi se transformando em um bastião da ordem e dos melhores valores democráticos.

Por mais que o governador do Estado agisse como um grande estadista, tivesse o apoio da população e da Brigada Militar, isso ainda era insuficiente para não tombar frente a um conflito armado como se anunciava, contudo a situação melhorou significativamente quando, no dia 28 de agosto, o General Machado Lopes disse que não recebia mais ordens do Ministro da Guerra e que ia ficar em defesa da ordem, da democracia e da legalidade. Além disso, Brizola consegue o apoio do Governador do Estado de Goiás, Mauro Borges, que vai liderar a defesa da ordem em seu estado. Somam-se a isso várias estações de rádio que foram se juntado à rádio Guaíba, requisitada por Brizola, formando, dessa forma, a Rede da Legalidade.

Percebendo que a situação estava ficando um pouco melhor para os defensores da legalidade, os ministros militares mandaram que jatos da base aérea de Canoas bombardeassem o Piratini, contudo sargentos e soldados impediram que os jatos voassem e cometessem tal chacina contra o Governador do Estado, eleito democraticamente, e centenas de milhares de homens e mulheres que estavam em frente ao Palácio Piratini, lutando pelo respeito à Constituição brasileira. (MARKUN; HAMILTON, 2001).

Com o passar dos dias, os ministros militares e os setores contrários à posse de Goulart foram percebendo o enfraquecimento das teses golpistas, contudo propuseram uma emenda constitucional adotando o parlamentarismo como sistema político do país, sendo que o mineiro Tancredo Neves foi o primeiro ministro do novo governo. Goulart acabou aceitando tomar posse com os poderes diminuídos, contrariando as orientações políticas de Brizola, o qual argumentava que, como naquele momento boa parte da população defendia a ordem e a legalidade, o presidente não deveria se sujeitar a tais medidas, mas, sim, tomar posse com amplos poderes para fazer as reformas de que o país precisava. Goulart recuperou os poderes políticos em 1963, mas é derrubado por um golpe militar em abril de 1964, que instaura uma ditadura cujo final deu-se em 1985.

O grande legado e o significado histórico da Campanha da Legalidade foi mostrar ao Brasil e ao mundo que o RS não se sujeitava à arbitrariedade, ao populismo golpista, ao clientelismo, às formas antidemocráticas e reacionárias de poder e que, mesmo que fosse dizimado, o povo gaúcho iria tombar com dignidade em defesa dos melhores valores democráticos e republicanos. Depois da Revolução Farroupilha, a Campanha da Legalidade foi, indubitavelmente, o movimento que mais aglutinou a população gaúcha em defesa de um ideal comum, o respeito à Constituição, sendo que, neste movimento democrático, singular na América Latina, nenhum tiro foi disparado e nenhuma pessoa morreu.



#### 4 Conclusões

Enfim, a Campanha da Legalidade foi mais uma demonstração de civismo, dignidade e heroísmo do povo rio-grandense em defesa da ordem e do respeito à Constituição e à democracia. Mais uma vez, o RS estava sendo protagonista da história do Brasil e contra as políticas arbitrárias e totalitárias que visavam atender aos interesses particulares de grupos reacionários e clientelistas, aliados dos grandes interesses internacionais que tinham ojeriza a governantes com um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social e, portanto, não compactuavam com a submissão do povo brasileiro.

A Campanha da Legalidade contribuiu para que, até março de 1964, os valores democráticos estivessem presentes na sociedade brasileira, ou seja, que as pessoas pudessem conviver um pouco mais com a democracia e o respeito à ordem e à Constituição, o que voltaria a ocorrer só a partir de 1985, com a posse de um civil na presidência do Brasil.

#### Referências

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia*. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/listar\\_.ASP?cat=13&dt1=2007](http://www.bresserpereira.org.br/listar_.ASP?cat=13&dt1=2007)>. Acesso em 15 fev. 2009.

BRUM, A.J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FONSECA, P.C.D. *Vargas o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, P.C.D. Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 19-58, 2010.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Nacional, 2001.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KUHN, D. *Brizola da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACHADO LOPES, J. *O III exército na crise da renúncia de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980.

MARKUN, P; HAMILTON, D. *1961: que as armas não falem*. 2.ed. São Paulo: Editora Senac, 2001.

ORENSTEIN, L.; SOCHACZEWSKI, A.C. Democracia com desenvolvimento: 1956/1961. In: ABREU, M.P. (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política republicana - 1889/1999*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SCLIAR, M. *Mês de cães danados: uma aventura nos tempos de Brizola*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, N.A.D. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, L.E.S.D.; FONSECA, P.C.D. *O processo de substituição de importações*. São Paulo: LTCE, 2009.